

**Arquivos, fontes e instituições: um itinerário de pesquisa sobre o arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto/SP (1918-1960)****Alessandra Cristina FURTADO\***

**Resumo:** Este texto constitui uma reflexão sobre arquivos e fontes escolares para a História da Educação, especialmente para a história das instituições de ensino, com vistas a apresentar a trajetória de pesquisa empreendida sobre o arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, de Ribeirão Preto, com a documentação referente ao período de 1918 a 1961, e analisar as possibilidades e os limites dos documentos deste arquivo escolar para a escrita da história deste Colégio. O recorte temporal corresponde a momentos significativos da história do Colégio, da História da Educação e da Política Educacional Brasileira. Nos últimos anos, os arquivos escolares e seus documentos têm alcançado importância e visibilidade na História da Educação. Na investigação empreendida no arquivo do Colégio, foi possível localizar uma documentação importante para o estudo da história desta instituição e de sua cultura escolar, bem como mostrar as potencialidades e os limites do uso desses documentos para a pesquisa.

**Palavras-chave:** Arquivos Escolares. Documentos. Fontes. História das Instituições Escolares.

**Archives, sources, and institutions: an archival research project of the Colegio Nossa Senhora Auxiliadora, in Ribeirao Preto / SP (1918-1960)**

**Abstract:** This paper offers some reflections on the feasibility of using archival data as a source to improve our knowledge of the history of education, particularly the history of educational institutions. It aims to trace the research path, including archival studies carried out at the Colegio Nossa Senhora Auxiliadora, located in Ribeirão Preto (SP-Brazil), using records and documents covering the period of 1918-1961, and examining the possibilities and limitations of using these archival documents to write the history of this school. Within this timeframe, an array of events and dates can be identified as significant moments in the history of this school, in the history of education, and in Brazilian educational policy. In recent years, school archives and primary source documents have been shown to be of paramount

---

\* Professora Doutora - Faculdade de Educação da UFGD - Universidade Federal da Grande Dourados, Campus de Dourados. Rodovia Dourados - Itahum - Km 12, CEP: 79804-970, Dourados, Mato Grosso do Sul, Brasil. A pesquisa que resultou neste artigo contou, no período de sua vigência, com o apoio financeiro da FAPESP. E-mail: [alessandrafurtado@ufgd.edu.br](mailto:alessandrafurtado@ufgd.edu.br)

importance and shed light on the History of Education. In this archival study, extensive research has been undertaken into school archives to enable access to historically significant archival materials. These were employed in the assessment of the history of the institution and its school culture, as well as to show the potential uses and limitations of these documents for research purposes.

**Keywords:** School Archives. Documents. Sources. History of School Institutions.

Os arquivos escolares têm emergido como temática recorrente no campo de estudos da História da Educação, nos últimos dez anos (VIDAL, 2005a), e alcançado importância e visibilidade em projetos ligados à História da Educação, tanto em Portugal quanto no Brasil, além de estar na origem de publicações de referência nestes dois países (MOGARRO, 2006, 2005a). Os arquivos escolares oferecem importantes contribuições para a organização e a construção da história e da memória da educação (BONATO, 2005, 2002, VIDAL, 2005a, GONÇALVES, 2005, MOGARRO, 2006, 2005a), trazendo informações significativas sobre o funcionamento das instituições de ensino e enriquecendo o conhecimento sobre questões educacionais do passado.

Este artigo constitui uma reflexão sobre arquivos e fontes escolares para a História da Educação, especialmente para a pesquisa da história das instituições de ensino. Nesse sentido, busca apresentar uma trajetória de pesquisa empreendida sobre o arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, de Ribeirão Preto, no período compreendido entre 1918 e 1961, e ainda analisar as possibilidades e os limites dos documentos deste arquivo escolar para a escrita da história deste colégio confessional católico.

O recorte temporal de 1918 a 1961 está ancorado em momentos importantes da trajetória do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, da História da Educação e da Política Educacional brasileira. O ano de 1918 marca a data de instalação do Colégio “Auxiliadora”, em Ribeirão Preto, pela ala feminina da Ordem Italiana dos Salesianos, as Filhas de Maria Auxiliadora. No Brasil, as Filhas de Maria Auxiliadora chegaram em 1892, após vários esforços do bispo do Rio de Janeiro, Dom Lasagna, e se estabeleceram no Vale do Paraíba, que se tornou o berço da obra dessas religiosas no país. Os primeiros colégios por elas fundados situavam-se em Guaratinguetá, Pindamonhangaba e Lorena. Apesar de algumas dificuldades vivenciadas, inicialmente, pelas salesianas no Vale do Paraíba, a obra educativa se espalhou por outras cidades brasileiras. Em 1894, por exemplo, essas religiosas fundaram o Colégio Maria Auxiliadora na capital paulista e, em 1904, instalaram o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Batatais. Dessa maneira, a obra educativa desta Congregação religiosa feminina foi se estendendo para várias cidades, em diferentes estados brasileiros (AZZI, 1999).

O início da década de 1960, mais precisamente o ano de 1961, sinaliza o período de implantação da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 4.024/61), que trouxe algumas modificações no funcionamento do Colégio, estabelecendo uma nova organização de ensino, dentre elas, por exemplo, alterações no currículo dos cursos.

Cumprir registrar que este artigo é parte de uma pesquisa mais ampla, que buscou investigar a história do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, de Ribeirão Preto, analisando alguns aspectos da cultura escolar dessa instituição, tais como: o modo pelo qual as famílias aderiram à sua proposta educacional e lhe confiaram suas filhas; quais as características do seu sistema de ensino; qual era sua estrutura curricular; como se compunha o corpo docente; como se desenvolvia a formação de seu corpo discente; e quais as marcas que o colégio imprimiu em suas alunas. Para tanto, foi utilizado um referencial teórico e metodológico atinente à temática em estudo, e examinado um conjunto diversificado de fontes documentais coletadas no arquivo, na secretaria e na biblioteca do Colégio, no Arquivo Histórico Municipal de Ribeirão Preto, no IBGE de Ribeirão Preto, no Arquivo do Estado de São Paulo e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Há de se considerar que alguns aspectos influenciaram na escolha da cidade de Ribeirão Preto/SP como ponto de referência deste estudo, mas o principal foi a existência, ainda, de uma pequena produção historiográfica sobre a educação local e regional, uma vez que essa cidade foi e ainda é um importante centro educacional, econômico e político do nordeste paulista. Um bom exemplo disso é o fato de Ribeirão Preto ter sido contemplada, já no início do século XX, com a instalação do Terceiro Ginásio de Estado, em São Paulo. Ao que tudo indica, nas primeiras décadas republicanas, a instalação de um ginásio do Estado conotava muito prestígio para as cidades, pois nessa época poucas localidades os possuíam. Em todo o Estado de São Paulo, neste período, havia somente dois estabelecimentos de ensino desta natureza: um na capital paulista e outro em Campinas. A esse respeito, Nadai (1987) esclarece que os primeiros políticos republicanos tiveram o propósito de criar ginásios para o sexo masculino, sendo que um deles deveria se localizar na capital e os demais em três grandes cidades do Estado: um no sul, outro no norte e outro no centro.

Outro aspecto que merece destaque é o fato de Ribeirão Preto e região se constituir, até os dias atuais, em um importante centro econômico no cenário estadual, nacional e até mesmo mundial. Tal condição foi conquistada desde o desenvolvimento da lavoura cafeeira, entre os finais do século XIX e as primeiras décadas do século XX. No passado, esta localidade teve a sua economia baseada na lavoura cafeeira, o que fez dela um importante centro econômico, bem como uma grande zona de imigração, principalmente de italianos, e também de migração, ocorrendo na localidade uma mistura de culturas.

Diante de tais circunstâncias, a pesquisa de temas e objetos relacionados à História da Educação e à trajetória histórica da educação escolar desta cidade permite levantar e coletar documentos reveladores de aspectos significativos da história da instituição escolar e de sua cultura, e ainda possibilita desvelar informações sobre ambientes culturais, políticos, econômicos e sociais que marcaram a história da cidade de Ribeirão Preto e do seu entorno. Portanto, esta é uma importante contribuição para o campo de investigação da História da Educação, sobretudo devido às novas perspectivas de estudo adotadas, nos últimos anos, por essa área do conhecimento.

A escolha do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora e de seu arquivo para pesquisa se deu pela importância que essa instituição teve no processo de escolarização de meninas e moças, em um momento que Ribeirão Preto ensaiava, ainda, os primeiros passos no cenário educacional, em um contexto marcado pela presença da economia cafeeira e pelo desenvolvimento por ela proporcionado na cidade e na região.

### **Os Arquivos Escolares e a História das Instituições de Ensino na Pesquisa em História da Educação**

Os arquivos escolares e os seus documentos, conforme assinalado, têm adquirido uma importância crescente na pesquisa em História da Educação. A esse respeito Vidal aponta:

Relatos de experiências de organização de acervos institucionais, narrativas sobre as potencialidades da documentação escolar para a percepção da cultura escolar pretérita (e presente), publicação de inventários e guias de arquivo, elaboração de manuais e reprodução de documentos (digitados ou digitalizados) vêm mobilizando investigadores da área, renovando as práticas da pesquisa e suscitando o uso de um novo arsenal teórico-metodológico. (2005a, p. 71).

Sem dúvida, as considerações feitas por Vidal (2005a) podem esclarecer a relevância dos arquivos escolares para a pesquisa em História da Educação, nos últimos anos, e possibilitam refletir sobre a importância da preservação e a conservação da documentação neles depositada. Nas instituições de ensino, os arquivos escolares constituem o repositório dos documentos de informação diretamente relacionados com o seu funcionamento. Essa condição acaba por atribuir a esses arquivos uma importância acrescida nos novos caminhos da investigação em educação, sobretudo na área de História da Educação, que colocam essas instituições, como sublinha a autora portuguesa Mogarro (2005b, p.77), “numa posição de grande centralidade para a compreensão dos fenômenos educativos e dos processos de socialização das gerações mais jovens”.

Cabe, então, lembrar que pesquisas sobre a história das instituições de ensino desenvolveram-se, no Brasil, sobretudo a partir dos anos 1990, influenciadas pelas novas correntes historiográficas, especialmente pela Nova História Cultural. As pesquisas em História da Educação, anteriores à década de 1990, privilegiavam as políticas públicas e a evolução das ideias pedagógicas, muito pouco se referiam às práticas escolares, aos alunos e alunas, aos professores e professoras. De acordo com Lopes e Galvão (2001, p. 30), algumas pesquisas “tinham como principais objetos as mudanças ocorridas sucessivamente nos sistemas de ensino na perspectiva da ação do Estado, de um lado, e o pensamento pedagógico, de outro [...]”. Para as autoras, tais pesquisas acabavam por tratar de um passado educacional que expressa ou até mesmo expressava um desejo, mas não uma realidade ou aspecto dela.

Deve-se registrar que estudos acerca da história das instituições de ensino antecederam ao referido movimento de renovação historiográfica dos anos de 1990, no Brasil. A esse respeito, Tanuri (2005) registra em seu texto “Historiografia da Educação Brasileira: uma contribuição para o seu estudo na década anterior à da instalação dos cursos de Pós-graduação”, que já havia, entre as décadas de 1960 e 1970, pesquisas acerca da história de instituições de ensino, como os estudos de Carrato (1963; 1968) e Bauab (1972).

José Ferreira Carrato foi um dos poucos historiadores da década de 1960 que se dedicaram à história cultural e educacional. Em 1961, apresentou sua tese de doutoramento sobre as origens do Colégio Caraça, intitulada “As Minas Gerais e os primórdios do Caraça”, que resultou em um livro publicado em 1963, pela editora Nacional. Em 1968, publicou o livro “Igreja, Iluminismo e escolas mineiras coloniais”.

Em outra perspectiva de estudo da história das instituições de ensino, Maria Aparecida Rocha Bauab, em tese de doutoramento na área de Educação, analisou as dificuldades de implantação e as vicissitudes da única escola normal criada no período imperial em São Paulo.

Apesar dos estudos empreendidos por Carrato (1963; 1968) e Bauab (1972), é preciso considerar que, nas décadas de 1970 e 1980, ainda prevalecia, na produção historiográfica, a quase ausência de produções vinculadas ao tema instituições escolares, uma vez que quando a temática aparecia, o objetivo, na maioria das vezes, “era um pretexto para ilustrar o desenho do movimento histórico geral”, conforme apontam Nosella e Buffa (2008, p.15) em estudos acerca da história das instituições de ensino.

Na década de 1990, outro cenário passou a se configurar na historiografia educacional brasileira, uma vez que muitos pesquisadores da área passaram a questionar as temáticas tidas como legítimas nos anos de 1970 e 1980, ao criticarem os estudos sobre sociedade e educação, os quais não conseguiam abarcar sua complexidade e diversidade

dos temas investigados. De fato, pode-se dizer que tais circunstâncias levaram os pesquisadores da área de História da Educação a se dedicar a outra proposta de estudo, voltada para um pluralismo epistemológico e temático, capaz de privilegiar a investigação de objetos singulares. É justamente nesse contexto marcado por mudanças e renovações que temas como cultura escolar, formação de professores, livros didáticos, disciplinas escolares, currículo, práticas educativas, questões de gênero, infância e, obviamente, instituições escolares emergem como temas privilegiados e valorizados (NOSELLA; BUFFA, 2008).

Nesse contexto de rompimento com as velhas tradições de pesquisa, com a abordagem de novas temáticas e objetos, e de construção de novas modalidades interpretativas, as investigações acerca das instituições escolares, de seus arquivos e fontes ganharam espaço na historiografia educacional brasileira. A partir dos anos de 1990, a instituição de ensino no campo da pesquisa em História da Educação passou a ser observada sob outro ângulo, levando em consideração sua materialidade e suas finalidades, tendo em vista seus vários aspectos, tais como:

[...] o contexto histórico e as circunstâncias específicas da criação e da instalação da escola; seu processo evolutivo: origens, apogeu e situação atual; a vida da escola; o edifício escolar: organização do espaço, estilo, acabamento, implantação, reformas e eventuais descaracterizações; os alunos: origem social, destino profissional e suas organizações; os professores e administradores: origem, formação, atuação e organização; os saberes: currículo, disciplinas, livros didáticos, métodos e instrumentos de ensino; as normas disciplinares: regimentos, organização do poder, burocracia, prêmios e castigos; os eventos: festas, exposições, desfiles. (NOSELLA; BUFFA, 2008, p.16).

Diante do exposto, as investigações sobre as instituições de ensino também passaram a deslocar o olhar dos pesquisadores para seu interior, buscando compreender, entre alguns aspectos, os saberes corporificados nos planos de ensino, livros didáticos, falas dos professores e diversas práticas disciplinares, etc. Esse conjunto de informações, na maioria das vezes, só pode ser encontrado nos documentos contidos na própria instituição de ensino e, muitas vezes, guardado ou depositado nos arquivos das escolas. Em linhas gerais, pode-se dizer que tais razões acabaram favorecendo mudanças na forma de praticar e, até mesmo, de escrever a História da Educação.

Conforme já mencionado, as pesquisas acerca das instituições de ensino, de seus arquivos e fontes ganharam espaço na historiografia educacional brasileira, em especial a partir dos anos 1990, no Brasil, influenciadas pelas novas correntes historiográficas, oriundas da Escola Francesa, notadamente pela Nova História Cultural. Neste sentido, vale tecer alguns esclarecimentos acerca da Nova História Cultural.

A Nova História Cultural estendeu o campo de abordagens dos historiadores para novos horizontes, pois os acontecimentos presentes na vida cotidiana e as personalidades esquecidas nas análises históricas começaram a ser estudados. Passou a buscar a “investigação da composição social e da vida cotidiana de operários, criados, mulheres, grupos étnicos e congêneres” (HUNT, 1992, p.2). Com o impacto desses novos olhares na historiografia,

[...] os objetos da história não são, ou não são mais, as estruturas e os mecanismos que regulam, fora de qualquer controle subjetivo, as relações sociais, e sim as racionalidades e as estratégias acionadas pelas comunidades, as parentelas, as famílias, os indivíduos. (CHARTIER, 1990, p.102).

Para Lynn Hunt, as inovações no domínio da história não significaram “simplesmente a proposta de um novo conjunto de temas para investigação, mas um questionamento de métodos, fontes, abordagens e conceitos” (1992, p.13), que levaram os historiadores a perceber que as relações culturais são tão importantes quanto as sociais e econômicas e que estas não determinam os aspectos referentes à cultura. Dessa maneira, a Nova História Cultural surgiu “da emergência de novos objetos no seio das questões históricas como as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, entre outros” (CHARTIER, 1990, p.14). Nesse quadro de transformações, novos problemas, objetos, temas e procedimentos de análise se integraram à pesquisa em História da Educação, centrada em novos domínios, que passaram a

[...] penetrar a caixa preta escolar, apanhando-lhe os dispositivos de organização e o cotidiano de suas práticas; pôr em cena a perspectiva dos agentes educacionais; incorporar categorias de análise – como gênero –, e recortar temas – como profissão docente, formação de professores, currículos e práticas de leitura e escrita –, são alguns dos novos interesses que determinam tal reconfiguração. (CARVALHO, 1998, p.32).

De fato, pode-se dizer que a influência da Nova História Cultural no campo de estudo da História da Educação possibilitou que pesquisadores desta área passassem a se dedicar a outra proposta de estudo, isto é, uma proposta voltada a um pluralismo epistemológico e temático, capaz de privilegiar a investigação de objetos singulares, incluindo a história das instituições escolares. No entender de Gatti Júnior (2002), as investigações realizadas no campo da história das instituições educacionais e da história das disciplinas “são a ponta-de-lança da possibilidade de escrita de uma nova história da educação brasileira, capaz de levar em conta as especificidades regionais e singularidades locais e institucionais” (p. 21-22).

Em linhas gerais, tais circunstâncias permitem evidenciar a importância que os arquivos escolares vêm alcançando nos novos caminhos da pesquisa em História da Educação. Como bem sublinha Mogarro (2005a), esses arquivos ocupam um lugar central e de referência no universo das fontes de informação que podem ser utilizadas para reconstruir o itinerário da instituição escolar.

### **Arquivos, Fontes e História das Instituições de Ensino**

As instituições de ensino são estruturas complexas, universos específicos, em que se condensam muitas das características e contradições do sistema educativo (MOGARRO, 2006). No plano histórico, segundo Magalhães (1998, p.61), uma instituição educativa

[...] é uma complexidade espaço-temporal, pedagógica, organizacional, onde se relacionam elementos materiais e humanos, mediante papéis e representações diferenciados, entretecendo e projectando futuro(s), (pessoais), através de expectativas institucionais.

Com vistas à complexidade da estrutura da instituição de ensino posta por Mogarro (2006) e à abrangência desta instituição no plano histórico, de acordo com Magalhães (1998, p.61), vale a pena entender como é construída a sua história: é uma “história construída da(s) memória(s) para o arquivo e do arquivo para a memória, intentando uma síntese multidimensional que traduza um itinerário pedagógico, uma identidade histórica, uma realidade em evolução, um projecto pedagógico”.

A maioria dos objetos de pesquisa em História da Educação pressupõe o uso de documentos, ou seja, de fontes que fundamentem e embasem a pesquisa histórica; que demonstrem a dinâmica das relações sociais. Karnal e Tastsch (2009, p.24) desenvolvem uma definição sintética de documento histórico: “qualquer fonte sobre o passado conservado por acidente ou deliberadamente, analisado a partir do presente e estabelecendo diálogos entre a subjetividade atual e a subjetividade pretérita”.

Há de se considerar que a categoria “documento” define uma parte importante do campo de atuação do historiador e a amplitude de sua busca. A História se utiliza dos documentos, transformando-os em fonte pelo olhar do pesquisador. No que tange ao campo de estudo da História da Educação, a fonte histórica pode ser compreendida como todo e qualquer objeto que possibilite a obtenção de notícias e informações sobre o passado histórico-educativo.

Ainda é importante mencionar que, apesar de já existir um grande avanço no que diz respeito à importância da conservação dos documentos para o conhecimento do patrimônio cultural e histórico, pesquisadores, professores e alunos ainda se deparam e lidam com



muitas dificuldades. Em geral, os arquivos e os locais onde se guardam esses documentos apresentam muitos problemas de acesso e conservação. No caso dos arquivos escolares, pode-se dizer que esta situação, na maioria das vezes, é ainda pior, sobretudo em virtude de as escolas geralmente não se preocuparem em salvaguardar seus registros documentais. Como apontam Ludke e André (1986, p.40):

Em geral as escolas não mantêm registro de suas atividades, das experiências feitas e dos resultados obtidos. Quando existe algum material escrito, ele é esparso e conseqüentemente pouco representativo do que se passa no seu cotidiano. É evidente que esse fato também é um dado do contexto escolar e deve ser levado em conta quando se procura estudá-lo.

Em tais circunstâncias, as instituições de ensino com os seus respectivos acervos motivam profundas preocupações relativas à salvaguarda e preservação dos seus documentos, uma vez que estes constituem instrumentos fundamentais para a história da escola e a construção da memória. Como salientaram Nunes e Carvalho (1992, p. 30), na 15ª Reunião Anual da Anped, ocorrida em 1992, em Caxambu/MG:

[...] a compreensão crítica da trajetória da educação no nosso país fica comprometida não só pelo desconhecimento dos acervos existentes nos arquivos, mas também pela ausência de uso de acervos organizados e disponíveis para a pesquisa [...].

Os arquivos escolares com a sua documentação têm papel fundamental no processo de pesquisa, organização e conservação do patrimônio cultural da escola. Entretanto, a falta de interesse pela preservação dos arquivos escolares, bem como a falta de entendimento da importância do uso das fontes desses lugares para a pesquisa em História da Educação e, mais precisamente, para a pesquisa sobre a história das instituições de ensino têm se tornado uma preocupação para os estudiosos da área. Para as pesquisadoras brasileiras Hilsdorf e Vidal (2004), a ausência de políticas institucionais de preservação e organização de fontes

[...] é responsável por uma das mais sérias dificuldades com que se defrontam os pesquisadores brasileiros de história da educação, principalmente se considerarmos a pluralidade de fontes documentais solicitadas pelas novas linhas investigativas desenvolvidas nesse campo (p.179).

As instituições de ensino e seus atores produzem diversos tipos de documentos e registros de caráter administrativo, pedagógico e histórico, exigidos pela administração e pelo cotidiano burocrático, que perpassam, até mesmo, seu âmbito pedagógico. Porém, as

instituições de ensino, ao longo dos tempos e de acordo com a sociedade na qual se inserem, modificam sua feição. Neste aspecto, vale lembrar Hobsbawm (1998, p.22), “que o problema para os historiadores é analisar a natureza desse ‘sentido do passado’ na sociedade e localizar suas mudanças e transformações”, pois a história permite ver que a escola, em diversos aspectos, também tem sofrido transformações, embora pareça manter inalterados alguns de seus elementos.

De fato, as instituições de ensino constituem, independentemente de suas origens ou natureza, uma amostra significativa do que realmente acontece no contexto educacional de um determinado país. Elas se apresentam como espaços portadores de fontes de informações fundamentais para a formulação de pesquisas, interpretações e análises sobre elas próprias, as quais permitem a compreensão do processo de ensino, da cultura escolar e, conseqüentemente, da História da Educação.

Uma vez que as instituições de ensino se apresentam como espaços portadores de fontes de informações, pode-se dizer, então, que os arquivos se constituem no repositório dos documentos de informação diretamente relacionados com o seu funcionamento. De acordo com o Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 27), arquivo é definido como um “conjunto de documentos produzidos e acumulados por uma entidade coletiva, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independentemente da natureza do suporte”. Já no caso dos arquivos escolares, Bonato (2002, p.3) registra que esses se constituem em acervos arquivísticos, contendo diversas espécies documentais que são fontes de pesquisa, pois “são espaços de memória, depositários de fontes produzidas e acumuladas na trajetória do fazer pensar o pedagógico no cotidiano das escolas”. A esse respeito, vale a pena lembrar Nora (1993, p. 13):

[...] os lugares de memória nascem e vivem do sentimento de que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais.

Nos arquivos escolares encontram-se registros de diferentes naturezas e espécies, que, muitas vezes, já fazem parte de uma memória “perdida”, esquecida, porém uma memória que representa um passado de escolarização, com características próprias da instituição de ensino a qual pertence e identificada com a sua época. Apesar da importância dos arquivos escolares enquanto espaços portadores da memória e, ainda, de a primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 4.024/61) ter passado a exigir das instituições de ensino a organização de um arquivo para a conservação de seus documentos (RIBEIRO, 1992), muitas escolas ainda não se preocupam em preservar os

arquivos e nem mesmo salvaguardar os registros documentais. Como explica Zaia (2003), a ideia de que os arquivos públicos representam “lugares da memória”, posta no século XIX, ainda não chegou às escolas, que permanecem pouco atentas à historicidade de suas práticas. Além disso, as Secretarias Estaduais de Educação, responsáveis administrativamente pela maioria destas instituições, também não assumiram uma política de guarda e preservação.

Na maior parte dos prédios escolares, até hoje, é comum encontrar documentos abrigados e guardados em porões úmidos ou salas apertadas. É diante dessas circunstâncias que, nos arquivos escolares, se encontram registros de diferentes naturezas e espécies, que, muitas vezes, já fazem parte de uma memória “perdida”, esquecida, uma memória que representa um passado de escolarização, com características próprias da instituição de ensino da qual pertence e identificada com sua época.

Nos arquivos escolares, os documentos depositados, estão, geralmente, no silêncio desses locais e que aí permanecem até a chegada dos pesquisadores, que devem proceder com “uma avaliação da sua pertinência para o processo de investigação, em função dos problemas previamente formulados” (MOGARRO, 2005a, p. 38). Segundo Mogarro (2005a), os fundos desses arquivos são constituídos por documentos, geralmente em suporte de papel, organizados em livros, dossiê e avulsos, produzidos pelos atores educativos e pela própria instituição, no que tange às atividades cotidianas, podendo abrigar documentos de valor inestimável, como: relatórios dos administradores da educação, listas de matrículas, prontuários de alunos e professores, fotografias, entre outros. Desse modo, o arquivo escolar

[...] pode fornecer elementos para a reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que a freqüentaram ou freqüentam, das práticas que nela se produziram e, mesmo, sobre as relações que estabeleceu e estabelece com seu entorno (a cidade e a região na qual se insere) (VIDAL, 2005b, p.24).

O arquivo constitui um núcleo duro da informação sobre a escola, “ao corresponder a um conjunto homogêneo e ocupar um lugar central e de referência no universo das fontes de informação que podem ser utilizados para reconstruir o itinerário da instituição escolar” (MOGARRO, 2005b, p.77). Tal aspecto permite reafirmar as colocações de Magalhães, isto é, a trajetória da instituição escolar é construída “da(s) memória(s) para o arquivo e do arquivo para a memória” (1998, p.61). Neste contexto, os documentos ali depositados constituem fontes que atestam os relatos da memória e se tornam imprescindíveis à pesquisa histórica, e, sob o olhar dos pesquisadores em História da Educação, eles se tornam fontes fundamentais para o estudo dos processos de escolarização, da história das instituições escolares, da cultura escolar, etc.

Mesmo com todas as dificuldades de acesso e conservação dos documentos, os pesquisadores da área de História da Educação, nos últimos anos, vão vencendo os desafios e se lançando, cada vez mais, na tarefa de construir estudos históricos sobre os arquivos escolares e a história das instituições escolares.

### **O Arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto: possibilidades e limites de seus documentos para a investigação sobre a História da Instituição**

No prédio do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, em Ribeirão Preto, há um espaço destinado ao arquivo ligado à secretaria da escola. Essas instalações, de modo geral, estão em boas condições de uso, pois se apresentam limpas e arejadas. Uma parte do material de seu acervo encontra-se guardada em caixas de arquivo de papelão, outra parte empilhada em vários montinhos de documentos, amarrados com barbante. Esse material encontra-se depositado em prateleiras de madeira e dentro de armários de aço, o que, de certa forma, lhe garantiu uma conservação razoável. Um dado que merece ser destacado é que a direção e também outros funcionários da instituição (secretarias, bibliotecárias), ao longo de sua trajetória, tiveram e ainda continuam tendo a preocupação com a guarda, conservação e preservação dos documentos que dizem respeito ao seu funcionamento.

Apesar disso, o colégio não possui um profissional especializado para trabalhar com a documentação depositada no arquivo. Na maioria das vezes, esse trabalho é realizado pelas funcionárias da própria secretaria da instituição. Ressalte-se que a falta de recursos e de mão de obra especializada são fatos que não podem ser desprezados no trato da documentação, a fim de se evitar o manuseio inadequado e a ação de fatores extrínsecos, como agentes físicos e biológicos – temperatura e umidade, poluentes atmosféricos, presença de insetos, fungos, anóbios, traças, exposição à poeira –, enfim, problemas detectados nessa documentação que são causas do processo de destruição.

Nesse arquivo não há qualquer instrumento de pesquisa, como guias, catálogos, índices, inventários, repertórios, tabelas de equivalência, entre outros produzidos acerca da sua documentação depositada nas prateleiras. De fato, a busca pela documentação deve ser feita diretamente pelo pesquisador.

Ao vasculhar o arquivo do Colégio, ficou claro que seria possível recuperar alguns documentos relacionados ao funcionamento dessa instituição de ensino e de sua cultura escolar. O processo de investigação foi realizado de maneira sistemática, exigindo um trabalho minucioso de coleta e de organização dos arquivos documentos que se encontravam depositados nas prateleiras e nos armários de aço do, situado no porão dessa instituição de ensino, um espaço conhecido na escola como arquivo "morto". Para Sólis (1992), a denominação arquivo morto significa uma velha e incorreta denominação para a

documentação de caráter permanente, sugerindo a existência de uma documentação sem utilidade.

Para dar mais visibilidade à documentação localizada, o quadro seguinte pretende sublinhar a importância e a riqueza destes documentos para a pesquisa a respeito da história desta instituição de ensino confessional católica.

<b>Documentos</b>	<b>Possíveis Investigações</b>
1 - Relatórios dos Inspectores da Diretoria Geral do Ensino	Avaliação da organização administrativa e didático-pedagógica do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, a respeito das instalações físicas, contratação de professores(as), execução dos programas, uso de materiais didáticos, metodologia do ensino empregada, disciplina escolar, descrição detalhada das visitas, festas de encerramento do ano letivo, comemorações cívicas e exames finais. Em determinados anos, em cumprimento às exigências da Diretoria Geral do Ensino, os relatórios trazem inventários da escola referindo-se ao mobiliário, material didático e livros escolares.
2 - Livros de Matrícula	Caracterização da clientela atendida pelo Colégio, ao longo dos anos, quanto à(s): nacionalidade, filiação, idade, condições socioeconômicas, profissão do Pai ou responsável e endereço residencial.
3 - Livros Mapa de Movimento do Corpo Docente	Caracterização da relação dos professores(as) do Colégio, ao longo dos anos, bem como do processo de contratação do quadro docente.
4 - Livro Histórico do Estabelecimento (1944-1952)	Apreensão do processo de instalação do Colégio, da organização dos cursos oferecidos pela instituição no período de 1944-1952 e da relação nominal dos primeiros professores(as) da instituição.
5 - Livros de Atas de Resultados de Provas e Exames	Identificação e avaliação dos procedimentos de avaliação e do número de aprovações e reprovações por classe/série dos cursos.
6 - Livros de Atas e Reuniões	Avaliação das reuniões realizadas no Colégio para as instruções didático-pedagógicas com os inspetores de ensino.
7- Projeto Educativo das Escolas das Filhas de Maria Auxiliadora	Compreensão e avaliação do marco situacional, marco doutrinal e marco operacional (pedagógico) da congregação em relação a suas instituições de ensino.
8 - Ofícios	Conhecimento e análise das reivindicações feitas pela direção do Colégio Auxiliadora ao poder público local e ao Secretário da Educação e Saúde Pública.
9 - Cartas	Apreensão e análise das reivindicações feitas pela direção do Colégio Auxiliadora ao poder público local e ao Secretário da Educação e Saúde Pública

10 - Álbuns de Fotografias	Identificação e análise de um variado número de documentos iconográficos da/sobre a escola, tais como fotos das turmas de alunas, do corpo docente, das religiosas, de sala de aulas, de aulas, de exposições escolares, do prédio escolar, de passeios, de festas e de solenidades, etc. Essas imagens permitem testemunhar o passado e nelas visualizar momentos marcantes da história do Colégio.
----------------------------	--

**Quadro 1** – Documentos depositados no Arquivo do Colégio, entre 1918 e 1961.

**Fonte:** Elaborado pela autora com base nos documentos encontrados no Arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, de Ribeirão Preto.

O conjunto de documentos levantados nos fundos documentais do Arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora permitiu trazer informações sobre os conteúdos dos documentos e, ainda, estabelecer uma relação entre as possibilidades e os limites dessa documentação para a pesquisa em História da Educação, mais especificamente para a pesquisa em história das instituições escolares.

Os documentos expostos no quadro trazem dados importantes sobre a história do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, no período de 1918 a 1961, pois revelam informações a respeito do processo de instalação do Colégio, da organização administrativa e didático-pedagógica, do perfil do corpo docente e discente, das disciplinas escolares que compunham o currículo dos diferentes cursos, dos programas e conteúdos de ensino das disciplinas, do Projeto Educativo da Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, das festividades escolares, entre outros dados. Tais informações possibilitam investigar a história desse colégio católico, criado para atender as mulheres nas primeiras décadas do século XX, bem como de sua cultura escolar, que se fez presente em seu cotidiano. Sendo assim, serão apresentados aqui alguns dos resultados obtidos na pesquisa, com base nos documentos expostos no quadro.

Este trabalho procurou responder a seguinte indagação: Em que medida a pesquisa empreendida acerca dos documentos do arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, de Ribeirão Preto, contribui para a escrita da história desta instituição escolar?

O Livro Histórico do Estabelecimento (1944-1952) demonstrou que a instalação deste colégio católico visava atender tanto aos interesses da Igreja Católica local quanto aos anseios das elites cafeeiras e das classes médias emergentes, que desejavam uma formação educacional de qualidade para suas filhas, área de grande demanda na região de Ribeirão Preto. Outro importante fator de atração foi representado pelo número massivo de imigrantes italianos que radicaram na região de Ribeirão Preto, no final do século XIX, pois as Salesianas tinham interesse em instalar sua obra educativa e religiosa em localidades onde essa nacionalidade se aglutinava.

Os dados deste Livro Histórico ainda revelaram que o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora foi oficialmente instalado em fevereiro de 1918, pelas religiosas Modesta Martinelli, Obliqui e Hortência Van Moerkerke, que chegaram em janeiro deste mesmo ano, em Ribeirão Preto, com o objetivo de criar uma escola para mulheres, pois elas vieram com a “missão de servir, educar e instruir a juventude” e, para isso, contaram com o apoio do bispo diocesano, Dom Alberto Gonçalves, e do presidente da Câmara Municipal, Dr. João Meira Júnior, representante das elites política e econômica. O Colégio foi instalado em um vasto prédio, situado no centro da cidade de Ribeirão Preto, um local privilegiado por estar no centro urbano próximo da Praça XV de Novembro, da Prefeitura Municipal e da Catedral e outros monumentos arquitetônicos, símbolos da pujança econômica cafeeira regional da época.

As atividades do Colégio foram iniciadas apenas com o curso primário, contando somente com dez meninas matriculadas. Pouco dias depois, já possuía 14 alunas no curso e uma aluna de piano, conforme registra o Livro de Matrículas do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora do ano de 1918. O ofício datado de 5 de junho do mesmo ano, encaminhado pela Diretoria Geral de Instrução Pública à direção do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, regulamentou o funcionamento do Externato, sob a direção de Irmã Modesta Martinelli.

O Colégio, inicialmente, possuía apenas o externato; em 1925, implantou o internato; e em 1937, foi criado o curso ginasial. Entretanto, o curso ginasial somente recebeu reconhecimento sob regime de inspeção prévia pelo Decreto nº 11.489, de 3 de fevereiro de 1943. Dados do Livro Histórico do Estabelecimento (1944-1952), dos Relatórios dos Inspectores da Diretoria Geral do Ensino (1918-1961), dos Ofícios e das Cartas evidenciaram que o antigo prédio do Colégio foi ampliado em 1942 e ganhou uma nova arquitetura, que permanece ainda hoje. Essa ampliação possibilitou melhor funcionamento das atividades educacionais e administrativas; novos cursos foram instalados, entre eles o Curso Normal, o Técnico de Contabilidade e o Secretariado. No que concerne à administração, a direção passou a contar com duas auxiliares: uma que poderia substituir a diretora em seus impedimentos e auxiliar na direção do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, nas relações entre o poder público local e o Secretário da Educação Pública e Saúde Pública; a segunda exerceria a função de técnica-escolar, com o título de Conselheira escolar, a qual competia a responsabilidade do bom andamento dos estudos.

Os Livros de Matrículas do Colégio revelaram que, com as novas instalações do prédio escolar, juntamente com a implantação dos cursos ginasial e profissionalizante, ocorreu um aumento significativo no quadro discente. No decorrer dos anos, o número de matrículas cresceu rapidamente, pois, em 1923, o estabelecimento contava com 224 alunas, quantia essa considerada representativa, por ser um período em que a participação das mulheres nos meios escolares ainda era restrita. Contudo, o crescimento de matrículas não

foi linear, apresentou oscilações ao longo dos anos. Em 1943, por exemplo, o estabelecimento possuía 319 alunas distribuídas entre os cursos primário e secundário, sendo 115 alunas matriculadas no primário e 204 no secundário.

Em relação ao perfil do corpo discente, no que tange aos aspectos socioeconômicos, nacionalidade e naturalidade, buscava-se compreender quem eram as famílias que confiaram a educação escolar de suas filhas às Salesianas. Os Livros de Matrículas demonstraram um predomínio de alunas provenientes, sobretudo, das camadas médias da população. Em 1923, por exemplo, os Livros de Matrículas apontaram que, das profissões desempenhadas pelos pais das meninas, 5,89% pertenciam às camadas altas e 94,11%, às camadas médias. Os registros também mostraram que, no ano de 1923, o Colégio atendia alunas brasileiras e filhas de imigrantes italianos, sírios, espanhóis, portugueses. As filhas de imigrantes italianos representavam 53%; as filhas dos sírios, 26%; as filhas dos portugueses, 11%; as filhas dos espanhóis, 5%; e dos brasileiros<sup>1</sup>, também 5% do total do corpo discente do Colégio no período.

Ainda é importante registrar que, no período de 1918 a 1961, o perfil socioeconômico do quadro discente apresentou uma característica particular: o internato adotava um regime que privilegiava a elite; e o externato, um regime de ensino voltado para as classes médias urbanas.

No que diz respeito à naturalidade das alunas, as meninas matriculadas no regime de externato provinham, em sua maioria, de Ribeirão Preto, enquanto as alunas matriculadas no internato procediam de municípios vizinhos desta cidade – Sertãozinho, Cravinhos, Jardinópolis, Guará, Bebedouro, Batatais, Sales de Oliveira, Ituverava, Nuporanga, Cajuru – outras, porém, vinham de localidades distantes, como Bauru.

Os dados dos Livros Mapa de Movimento do Corpo Docente (1918-1961) informam que, dos professores que formavam o quadro do Colégio, a grande maioria era constituída por religiosas da própria Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora, pois eram poucos os professores leigos. Somente na década de 1940, com as novas instalações do prédio escolar e com a ampliação dos novos cursos, professores leigos e do sexo masculino foram contratados para ministrar aulas. Um bom exemplo a respeito da predominância das religiosas foi encontrado no Livro Mapa de Movimento do Corpo Docente do ano de 1948, pois, enquanto 89% do total do corpo docente eram constituídos de professores religiosos, apenas 11% eram docentes leigos. Os professores eram contratados de acordo com as exigências legais e não ocupavam cargos efetivos como as religiosas. Por outro lado, o Colégio dava todas as garantias de permanência, desde que os educadores “dessem provas cabais de sua idoneidade moral, intelectual e pedagógica; cumprissem os regulamentos do regimento interno e não tivessem desinteligência grave com a diretoria” (Relatório do Inspetor da Diretoria Geral do Ensino de 1948, p.11).



Os Livros Mapa de Movimento do Corpo Docente ainda evidenciaram que apenas os professores contratados não religiosos possuíam uma formação educacional em nível superior, geralmente, eram médicos que ministravam as disciplinas de Biologia e Ciências Naturais. A presença de religiosas com formação de nível superior no quadro de docentes era pequena, a grande maioria delas tinha formação apenas no Curso Normal. No ano de 1946, por exemplo, foi possível verificar que apenas duas professoras religiosas tinham formação em nível superior: uma formada em Latim e Português e a outra, em Matemática, ambas graduadas pelo Instituto Superior de Filosofia Ciências e Letras “Sedes Sapientae” da PUC de São Paulo.

O Projeto Educativo das Escolas das Filhas de Maria Auxiliadora indica que a base pedagógica utilizada nas escolas pertencentes à Ordem Salesiana e à Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora é o Sistema Preventivo. Essa forma educativa foi elaborada na Itália, pelo padre João Bosco, no século XIX. Desse modo, a proposta educacional implantada no Colégio Nossa Senhora Auxiliadora estava intimamente ligada ao Sistema Preventivo. Os princípios que norteiam a prática educativa de Dom Bosco constituem-se nos pilares da pedagogia salesiana. Os princípios ético-religiosos da pedagogia salesiana revelam que esse agir educativo é norteado por três eixos principais: a razão (racionalidade); a religião (caridade transformadora) e a “amorevolezza”<sup>2</sup>. Diante disso, a Proposta Educacional do Colégio “Auxiliadora” voltava-se tanto para a instrução quanto para a educação, pois entendia que o seu papel junto à juventude feminina não era somente instruir, mas também educar, pois o principal objetivo era proporcionar às alunas uma formação integral, a fim de prepará-las para o conhecimento de seus deveres para com Deus, com a Igreja e com a Pátria.

Já os Relatórios dos Inspectores da Diretoria Geral do Ensino possibilitaram compreender que o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora oferecia às suas alunas, nos diferentes segmentos de ensino, um programa escolar amplo, detalhado, de caráter enciclopédico, em que mantinha a organização curricular e didática de acordo com o modelo estabelecido pelos decretos-leis. Além disso, a instituição proporcionava às jovens uma preparação baseada em valores religiosos, morais e cívicos. O ensino da Doutrina Católica era efetuado como prática educativa inserida na grade curricular dos diferentes cursos do Colégio. De fato, a Doutrina Católica e o Trabalho Manual eram disciplinas que se integravam na grade curricular como práticas educativas. Nas aulas de Doutrina Católica, de acordo com as orientações do Projeto Educativo das Escolas das Filhas de Maria Auxiliadora, as alunas faziam a leitura da Bíblia, dos livros de vidas santificadas e de devoções salesianas como: a biografia de Maria Mazzarello, Laura de Vicuña, Domingos Sávio.

A formação moral e cívica também era um dos pontos importantes. No entanto, essa formação era realizada por meio de um jornal publicado no Colégio, com informativos dos mais diversos temas tratando da primeira missa no Brasil, do dia da Independência do Brasil (7 de setembro), do dia do Panamericanismo, entre outros. A participação das alunas em comemorações cívicas – como o desfile da Comemoração da Independência do Brasil – era considerado um momento importante da formação cívica dessas alunas, como tão bem demonstram os álbuns de fotos do Colégio.

No que diz respeito às formas de avaliação, os Livros de Atas de Resultados de Provas e Exames registraram que as alunas não eram avaliadas apenas por sua frequência às aulas e provas, mas “eram avaliadas semanalmente, quanto a sua civilidade, trabalho, ordem, aplicação e procedimento, onde no final de cada mês apura-se as menções obtidas e no término de cada ano estabelecia uma conclusão de todo o período”<sup>3</sup>. As alunas que se destacavam nesse tipo de avaliação recebiam uma premiação, na forma de Cartão Dourado<sup>4</sup>, Cartão Prateado<sup>5</sup> e Prêmio de Ordem<sup>6</sup>.

Em linhas gerais, pode-se dizer que o Projeto Educativo das Escolas das Filhas de Maria Auxiliadora e os Relatórios dos Inspectores da Diretoria Geral do Ensino, possibilitaram compreender que o Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto preparava integralmente suas alunas, ao educá-las nos valores religiosos, morais e cívicos e ao instruí-las no conhecimento dos saberes escolares, proporcionando com seu projeto educacional uma educação feminina modelada nos padrões desejados pelos pais das jovens de Ribeirão Preto e região, nos anos de 1918 a 1961.

Apesar da riqueza de informações da documentação do arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora de Ribeirão Preto, o pesquisador deve ficar atento, pois não se pode esquecer a necessidade de cruzar o conteúdo desses documentos com o de outros documentos que poderão ser encontrados em diferentes locais de pesquisa, como arquivos públicos, centros de documentação, museus, acervos de Secretarias Estaduais de Educação, acervos pessoais de ex-alunos e antigos professores. Nesse aspecto, é preciso considerar que esse cruzamento acaba por imprimir certa complementaridade na documentação em análise. Isso permite reforçar que, na pesquisa sobre a história das instituições escolares, os documentos utilizados pelo pesquisador não podem ser apenas os provenientes de seus arquivos, uma vez que a relação entre os documentos e as investigações não é unívoca e nem exclusiva (MOGARRO, 2005a). Cabe ao pesquisador o trabalho de conferir validade, coerência, lógica e unidade, nesses documentos, estabelecendo relações com outros documentos e acervos, compreender os limites destas fontes.

Outro aspecto que merece ser salientado sobre os limites do uso de documentos, como é o caso da documentação do arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, é o fato de que o documento, como adverte Le Goff (1994, p.545),

[...] não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo e ao historiador usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa.

De acordo com Le Goff (1994), o documento não se fecha em si mesmo; ele está contextualizado e adquire conotação histórica à medida que reflete ou explica um fato e um tempo específicos da produção humana, seja ela material seja simbólica. Desse modo, o pesquisador deve estar atento ao fato de que as fontes que utiliza são sempre produções humanas, que podem expressar interesses pessoais, muito mais do que a realidade concreta, e, nesse caso, o pesquisador corre o risco de tomar uma realidade desejada como algo realizado. De acordo com Chartier (1990, p. 18), "[...] os documentos que descrevem ações simbólicas do passado não são textos inocentes e transparentes; foram escritos por autores com diferentes intenções e estratégias".

Com relação aos documentos encontrados no Arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora (Cartas, Livros de Atas e Reuniões, Ofícios, Relatórios dos Inspectores da Diretoria Geral do Ensino, entre outros), o pesquisador, ao analisá-los, deve considerar os motivos pelos quais esses documentos foram produzidos, as circunstâncias da produção e a relação dos autores com os órgãos da administração do ensino, com o Colégio e com a Congregação mantenedora.

Nesse sentido, cumpre lembrar, também, as formulações pensadas por Certeau (2010), para quem a análise historiográfica constitui um exercício de problematização do texto, já que o texto deve ser colocado em perspectiva em relação ao lugar de onde ele emerge, pois é o lugar de onde se fala que está no centro das discussões. Ao se debruçar sobre uma documentação, o pesquisador deve analisar o seu conteúdo, estando atento às representações que possam expressar o contexto do qual emergiram, tendo em vista que não se constituem em informações neutras das concepções e das ideologias predominantes da época. Assim, o trabalho com documentos deve constituir, para o pesquisador, um diálogo permeado de questões e de dúvidas.

Sem dúvida, o pesquisador não vai aos arquivos apenas para executar ações que lhe pareçam apropriadas na exploração dos documentos. A esse respeito, vale lembrar Certeau (2010), quando afirma que o historiador

[...] Trabalha de acordo com os seus métodos, os objetos físicos (papéis, pedras, imagens, sons, etc.) que distinguem, no continuum do percebido, a organização de uma sociedade e o sistema de pertinências próprias de uma “ciência”. Trabalha sobre um material para transformá-lo em história. Empreende uma manipulação que, como as outras, obedece regras. Manipulação semelhante é aquela feita com o mineral já refinado. Transformando inicialmente matérias-primas (uma informação primária) em produtos standard (informações secundárias), ele transporta de uma região da cultura (as “curiosidades”, os arquivos, as coleções, etc.) para outra (a história) (p. 79).

Desse modo, pode-se dizer que o trabalho do pesquisador é revestido de uma série de desafios, principalmente quando se trata do uso de fontes para a produção de conhecimentos. O pesquisador vai aos arquivos, coleta os documentos e opera sobre eles, transformando-os em fontes. Assim, esse material é transformado em História, pois essas fontes produzem conhecimento, por meio do trabalho da análise historiográfica.

Ainda que o pesquisador tenha como preocupação conhecer os fatos e tentar responder às necessidades para apreender uma realidade histórica, esse conhecimento não pode ser entendido como um dado definitivo e acabado, como registra Fávero (2009), pois se trata de um conhecimento em contínua aproximação do real, podendo ser revisto, acrescido e até substituído por novos conhecimentos.

Mesmo observando essas recomendações em relação à documentação encontrada no Arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, é inegável o valor desses documentos, que, ao serem retirados dos mais diferentes lugares, permitem ao historiador transformá-los em fontes importantes para a história dessa instituição de ensino.

Diante de tais circunstâncias, pode-se dizer que o Arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora apresenta possibilidades e limites para a pesquisa acerca da história desta instituição de ensino e de sua cultura escolar, fornecendo elementos significativos para a reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que a frequentaram, das práticas que nela circularam e, mesmo, sobre as relações que estabeleceu com o seu entorno.

Face ao exposto, cabem algumas considerações.

Neste artigo, foi possível verificar que pesquisas acerca de arquivos escolares e de seus documentos, para o estudo e a escrita da história das instituições escolares, vêm ganhando força e espaço na História da Educação brasileira, juntamente com os novos objetos, fontes, problemas e desafios que a Nova História Cultural proporcionou a essa área do conhecimento, especialmente a partir dos anos de 1990.

Apesar de perceber que, nas instituições de ensino, os arquivos escolares constituem o repositório dos documentos de informação que estão diretamente relacionados com o seu funcionamento e que tais documentos possibilitam reconstruir o itinerário da

instituição de ensino, constata-se que nem todas as escolas se preocupam com a preservação e conservação da documentação, pois ainda lhes falta uma cultura de valorização do material produzido, na perspectiva de convertê-lo, futuramente, em fontes históricas.

Em suma, pode-se concluir que a pesquisa e a escrita da história das instituições de ensino são facilitadas quando a escola mantém o seu arquivo histórico organizado. Fato esse que pode ser evidenciado nas condições em que foi encontrada a documentação do Arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. Mesmo não possuindo nenhum profissional especializado na área de Arquivo e nenhum instrumento de pesquisa para servir de guia ao pesquisador, o Colégio manteve a documentação em seu arquivo e teve a preocupação com a guarda, conservação e preservação dos documentos.

Embora se verifique que os documentos expostos no Quadro 1 possibilitam informações sobre a história do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, bem como de sua cultura escolar, pode-se constatar que esse Colégio visava atender aos interesses da Igreja Católica local, aos anseios das elites cafeeiras e classes médias emergentes e ainda ao interesse de instalar sua obra educativa e religiosa em localidades onde imigrantes italianos se aglutinavam. Revelam, ainda, que foram, sobretudo, as famílias das camadas médias de Ribeirão Preto e região que aderiram à proposta educacional do Colégio e lhe confiaram suas filhas, com uma filosofia baseada no Sistema Preventivo de Dom Bosco, cujos pilares eram a razão (racionalidade), a religião (caridade transformadora) e a “amorevolezza”. O objetivo era o de preparar integralmente as alunas, educando-as nos valores religiosos, morais e cívicos e instruindo-as no conhecimento dos saberes escolares, por meio de aulas ministradas, principalmente, por docentes do sexo feminino, constituídos em sua maioria por religiosas da própria Congregação das Filhas de Maria Auxiliadora.

Entretanto, o pesquisador deve estar atento para os limites do uso de documentos, como os do arquivo do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, de Ribeirão Preto, para a pesquisa e a escrita da história das instituições escolares, tendo em vista que os documentos são produtos de uma sociedade que os fabricou, de acordo com as relações de forças que detinham o poder no contexto em que foram produzidos e, ainda, pela necessidade de cruzamentos com outros documentos provenientes de outros arquivos e acervos.

**Recebido em 28/2/2012**

**Aprovado em 2/5/2012**

## NOTAS

---

1 A palavra brasileiros está grafada neste artigo, conforme consta no Livro de Matrícula do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora, no ano de 1923.

2 Este é o significado de “amorevolezza” encontrado no dicionário gramatical italiano. Por isto, não há uma tradução para este termo na Língua Portuguesa. Não obstante, há quem, muitas vezes, o traduza por amabilidade, por carinho, por bondade ou, até mesmo, por “amorabilidade”.

3 Livros de Ponto do Externato e do Internato.

4 O Cartão Dourado era recebido pelas alunas que não perderam a nota 10 durante todo o ano e que sob um critério moral, foram distintas.

5 O Cartão Prateado era recebido em 1º lugar pelas alunas que não perderam o 10 de procedimento, embora o tenham perdido na civilidade. Em 2º lugar era para as alunas que não tiveram notas abaixo de 9.

6 O Prêmio de Ordem era recebido pelas alunas que, durante todo o ano, conservaram a nota 10 de Ordem.

## FONTES

Álbuns de Fotografias

Cartas

Projeto Educativo das Escolas das Filhas de Maria Auxiliadora

Livros de Atas de Resultados de Provas e Exames (1930-1961)

Livros de Atas e Reuniões (1925-1961)

Livro Histórico do Estabelecimento (1944-1952)

Livros Mapa de Movimento do Corpo Docente (1930-1961)

Livros de Matrícula (1918-1961)

Relatórios dos Inspectores da Diretoria Geral do Ensino (1935-1961)

Ofícios

## REFERÊNCIAS

ARQUIVO NACIONAL. *Subsídios para um DICIONÁRIO BRASILEIRO de Terminologia Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2004. Disponível em <[www.arquivonacional.gov.br/download/dic\\_term\\_arq.pdf](http://www.arquivonacional.gov.br/download/dic_term_arq.pdf)>. Acesso em: 07 out. 2011.

AZZI, Riolando. *As Filhas de Maria Auxiliadora no Brasil: cem anos de História*. São Paulo: Salesiana, 1999.

BAUAB, Maria Aparecida rocha. *O Ensino Normal na Província de São Paulo 1846-1889*.1972. 289 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, São José do Rio Preto, 1972.

BONATO, Nailda Marinho da Costa. Os arquivos escolares como fonte para a história da educação. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas/SP, n.10, p. 193-220, jul./dez. 2005.

BONATO, Nilda Marinho da Costa. Arquivos escolares: limites e possibilidades para a pesquisa. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 25., 2002, Caxambu. *Anais...* Caxambu/MG: Anped, 2002. p. 97-109. v. 1.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Por uma história cultural dos saberes pedagógicos. In: SOUSA, Cynthia Pereira de; CATANI, Denice Barbara (Orgs.). *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras, 1998, p.31-40.

CARRATO, José Ferreira. *Igreja, Iluminismo e Escolas Mineiras Coloniais*. São Paulo: Nacional/ EDUSP, 1968.

CARRATO, José Ferreira. *As Minas Gerais e os Primórdios do Caraça*. São Paulo: Nacional, 1963.

CERTEAU, Michel de. *A Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2010.

CHARTIER, Roger. *A história cultural; entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1990.

FÁVERO, Maria de Lourdes. O pesquisador e os desafios das fontes. In: MENDONÇA, Ana Waleska Campos Pollo et al (Orgs.). *História da educação: desafios teóricos e empíricos*. Niterói: Ed. da UFF, 2009, p.111-123.

GATTI JÚNIOR, Décio. A História das instituições educacionais: inovações paradigmáticas e temáticas. In: ARAUJO, José Carlos; GATTI JÚNIOR, Décio (Orgs.). *Novos Temas em História da Educação Brasileira*. Campinas: Autores Associados; Uberlândia: EDUFU, 2002, p.3-24.

GONÇALVES, Nadia Gaiofatto. Arquivos históricos escolares: contribuições para o ensino de história e a história local. Curitiba, 2005. Disponível em: <<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br>>. Acesso em: 30 set. 2011.

HILSDORF, Maria Lucia Spedo; VIDAL, Diana Gonçalves. O centro de memória da educação USP: acervo documental e pesquisas em história da educação. In: MENEZES, Maria Cristina (Org.). *Educação, Memória, História*. Campinas: Mercado de Letras, 2004, p. 179-186.

HOBSBAWM, Eric. *Sobre História*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

HUNT, Lynn. *Nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: \_\_\_\_\_. *História e Memória*. 3. ed. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994. p.535-53.

LOPES, Eliane Marta Teixeira; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. *História da educação*. Rio de Janeiro: DP&A, 2001.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

KARNAL, Leandro; TASCH, Flávia Galli. Documento e História: a Memória Evanesciente. In: PINSKY, Carla Bassanezi.; LUCA, Tania Regina de. *O Historiador e suas Fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p.9-27.

MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: SOUSA, Cynthia Pereira de.; CATANI, Denice Barbara. (orgs.) *Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente*. São Paulo: Escrituras, 1998, p.51-69.

MOGARRO, Maria João. Arquivo e educação: a construção da memória educativa. *Sísifo: Revista de Ciências da Educação, Lisboa*, n.1, p.71-84, 2006. Disponível em: <http://sisifo.fpce.ul.pt> Acesso em: 30 ago. 2011.

MOGARRO, Maria João. Arquivos e educação. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n.10, p. 75-99, jul./dez, 2005a.

MOGARRO, Maria João. Os arquivos escolares nas instituições educativas portuguesas. Preservar a informação, construir a memória. *Pro-posições*, Campinas, v. 16, n. 46, p. 103-116, jan./abr. 2005b.

NADAI, Elza. *Ginásio do estado de São Paulo: uma preocupação republicana (1889-1896)*. São Paulo: FEUSP, 1987.

NOSELLA, Paolo.; BUFFA, Ester. Instituições escolares: por que e como pesquisar. *Cadernos de Pesquisa*. Tuiuti, v.3, p.13-31, jan./jul. 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo, v. 10, p.7-28, dez. 1993.

NUNES, Clarice; CARVALHO, Marta Maria Chagas de. Historiografia da educação e fontes. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 15., 1992, Caxambu, *Cadernos ANPED...* Caxambu/MG: ANPED, set. 1992. n. 5, p. 7-64.

RIBEIRO, Marcus Venício Toledo. Os arquivos das escolas. In: NUNES, Clarice (Coord.). *Guia preliminar de fontes para a história da educação brasileira*. Brasília: INEP, 1992, p.47-64.

SÓLIS, Sidney Sérgio Fernandes. Documentos, fontes e arquivos. In: INSTITUTO BRASILEIRO DO PATRIMÔNIO CULTURAL. *Memória e educação*. Rio de Janeiro: IBPC, Departamento de Promoção, Paço Imperial, 1992, p. 53-63. (Caderno de ensaios; 1).

TANURI, Leonor Maria. A Historiografia da Educação Brasileira: uma contribuição para o seu estudo anterior à da instalação dos cursos de Pós-Graduação. In: MONARCHA, Carlos (Org.) *História da Educação Brasileira*. 2 ed. Ijuí: Unijuí, 2005, p.229-250.

VIDAL, Diana Gonçalves. Apresentação do dossiê arquivos escolares: desafios à prática e à pesquisa em História da Educação. *Revista Brasileira de História da Educação*, Campinas, n. 10, p. 71-73, jul./dez, 2005a.

VIDAL, Diana Gonçalves. Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares. In: SOUZA, Rosa Fátima de; VALDEMARIN, Vera Teresa (Orgs.). *A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa*. Campinas: Autores Associados, 2005b, p.03-30.

ZAIA, Iomar Barbosa. *A história da educação em risco: avaliação e descarte dos documentos do arquivo da Escola de Aplicação da USP (1958-1985)*. 2003. 329 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2003.